DECISÃO SINGULAR DSG - G.ICN - 17760/2017

PROCESSO TC/MS	: TC/11118/2016
PROTOCOLO	: 1682373
ÓRGÃO	: AGÊNCIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO DO SUL – MS
JURISDICIONADO	: JORGE OLIVEIRA MARTINS
CARGO DO JURISDICIONADO	: DIRETOR-PRESIDENTE
ASSUNTO DO PROCESSO	: ATO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ
INTERESSADO	: PEDRO BARBOSA DA SILVA
ÓRGÃO JULGADOR	: JUÍZO SINGULAR
RELATOR	: CONS. IRAN COELHO DAS NEVES

EMENTA.

CONCESSÃO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ – CARGO: TÉCNICO DE SERVIÇOS OPERACIONAIS – PROVENTOS INTEGRAIS – CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS CONSTITUCIONAIS, LEGAIS E REGIMENTAIS EXIGIDOS – REGISTRO.

O processo em epígrafe se refere ao ato concessão de *Aposentadoria por Invalidez* ao servidor *Pedro Barbosa da Silva, CPF/MF n.º 176.116.441-49,* titular do cargo efetivo de *Técnico de Serviços Operacionais.*

A Inspetoria de Controle de Atos de Pessoal se manifestou através da análise *ANA-ICEAP-38653/2017* (fls. 237-239) pelo *registro* da aposentadoria, tendo em vista que todos os atos foram realizados em conformidade com os preceitos legais e constitucionais vigentes.

O Ministério Público de Contas analisou os documentos acostados e por meio do parecer *PAR-2ªPRC-21286/2017* (fls. 240) opinou pelo *registro* da aposentadoria por invalidez em apreço, à medida que os documentos encartados nos autos demonstram que foram cumpridas todas as exigências regimentais e legais pertinentes.

É o relatório.

Verifico que foram cumpridos os pressupostos processuais e regularmente instruídos os autos, nos termos do artigo 112, parágrafo único, II, *"b",* da Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013.

O direito que ampara ato concessão de *Aposentadoria por Invalidez* ao servidor supracitado está previsto no art. 35, *caput*, da Lei n.º 3.150/05 cc. o art. 1º da Emenda Constitucional n.º 70/2012.

Após analisar os autos, vejo que os documentos que o instruem são necessários e suficientes para a verificação da legalidade da aposentadoria. São eles, dentre outros: requerimento do servidor, cópias dos documentos pessoais, laudo médico pericial – Sistema de Perícias Médicas – BIM (fls. 65-67), cujo diagnóstico define que a enfermidade se enquadra no art. 35 da Lei n.º 3.150/05.

A Certidão de Tempo de Contribuição acostada às fls. 55-61 comprova que o servidor conta com o tempo total de contribuição a seguir exposto:

Cargo	**N.º de dias**	**N.º de anos**
Técnico de Serviços Operacionais	11.495 (onze mil, quatrocentos e noventa e cinco) dias.	31 (trinta e um) anos, 06 (seis) meses e 00 (zero) dia.

O cálculo dos proventos de aposentadoria foi fixado como *proporcionais,* com fulcro na Lei n.º 4.350/2013 e art. 49, § 1º da Lei n.º 4.491/2014 - (fls. 68-69).

Atendidos os requisitos legais e constitucionais, o ato de concessão desta aposentadoria outorgado pelo *Estado de Mato Grosso do Sul* foi materializado através do Decreto "P" n.º 1.203, de 21/3/2016 publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul de n.º 9.135, de 31/3/2016 (fls. 70).

Após análise da documentação acostada, a Inspetoria de Controle Externo de Atos de Pessoal sugere o registro do ato ora apreciado, nos seguintes termos, *in verbis:*

> *"Diante do exposto, esta Inspetoria conclui a instrução processual sugerindo o registro da presente Aposentadoria por Invalidez."* (fls. 238)

O d. Ministério Público de Contas adota o entendimento da Equipe Técnica e emite o seu r. Parecer no seguinte sentido (fls. 240):

> *"Pelo exame do feito, denota-se que foram cumpridas as exigências preconizadas nas normas constitucionais, legais e regimentais desta Corte, razão pela qual este Ministério Público de Contas, acompanhando o entendimento técnico supra e com fulcro no inciso I, artigo 18 c/c o inciso II, artigo 34, ambos da Lei Complementar Estadual nº. 160/2012, pronuncia-se pelo registro do ato de pessoal*

em apreço."

Mediante o exposto e, acolhendo o r. Parecer exarado pelo douto Ministério Público de Contas, aprecio com fundamento no art. 10, I c/c o art. 70 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas aprovado pela Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013 e artigos 21, III e 34, II da Lei Complementar n.º 160/12,

DECIDO:

1 - Pelo **REGISTRO** do Ato de Concessão de Aposentadoria com fundamento no art. 35, *caput*, da Lei n.º 3.150/05 cc. o art. 1º da Emenda Constitucional n.º 70/2012, relativamente ao servidor abaixo relacionado:

SERVIDOR	**CARGO**
Pedro Barbosa Da Silva CPF/MF n.º 176.116.441-49 Matrícula: 17668023 Processo de Aposentadoria n.º 57/100417/2015	Técnico de Serviços Operacionais

2 – pelo **retorno** dos autos à Inspetoria de Controle Externo de Atos de Pessoal para as providências regimentais, nos termos do artigo174, § 2º do Regimento Interno;

3 - Pela **intimação** dos interessados acerca do resultado deste julgamento, em conformidade com o artigo 50, I, da Lei Complementar nº 160/2012, cc. os artigos 70, § 2º e 99 do Regimento Interno.

É a decisão.

Campo Grande - MS, 31 de outubro de 2017.

Cons. Iran Coelho das Neves
Relator